

# DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 145

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 10 DE OUTUBRO DE 2001

ANO XXVII

## Mesa Diretora

**HERMAS BRANDÃO**

Presidente - PTB

**ELIO RUSCH**

1º Vice-Presidente - PFL

**IRINEU COLOMBO**

2º Vice-Presidente - PT

**AUGUSTINHO ZUCCHI**

3º Vice-Presidente - PSDB

**VALDIR ROSSONI**

1º Secretário - PTB

**ANTONIO ANIBELLI**

2º Secretário - PMDB

**CESAR SELEME**

3º Secretário - PPB

**EDNO GUIMARÃES**

4º Secretário - PSL

**NELSON GARCIA**

5º Secretário - PFL

**ABIB MIGUEL**

Diretor Geral

## Lideranças

*Líder do Governo ..... Durval Amaral*  
*Líder da Oposição ..... Waldyr Pugliesi*  
*PTB ..... Carlos Simões*  
*PFL ..... Plauto Miró Guimarães*  
*PSDB ..... Sérgio Spada*  
*PMDB ..... Nereu Moura*  
*PPB ..... Tony Garcia*  
*PT ..... Hermes Fonseca*  
*PDT ..... Luiz Carlos Zuk*  
*PSL ..... Luiz Carlos Martins*  
*PL ..... Pastor Edson Praczyk*  
*PPS ..... Cezar Silvestri*

## Representação Partidária

*PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.*

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA  
14ª LEGISLATURA  
ATA DA 099ª SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM  
10 DE OUTUBRO DE 2001**  
(quarta-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Nelson Garcia.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PDT: Eli Ghellere, Luiz Carlos Zuk; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSB: Moysés Leônidas, Ricardo Maia, Hidekazu Takayama; PSC: Miltinho Pupio; PSDB: José Maria Ferreira, Luiz Fernandes da Silva Litro, Neivo Beraldin, Sérgio Spada, Renato Gaúcho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Tony Garcia; PL: Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PST: Divanir Braz Palma; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana; Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Waldyr Pugliesi; PTB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Carlos Simões, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Ricardo Chab, Thiago Amorim Novaes; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Chico Noroeste, Custódio da Silva, Durval Amaral, Nelson Tureck, Plauto Miró Guimarães (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

**SESSÃO.**

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

(**Procede a leitura da Ata da Sessão anterior**)

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está em votação a Ata que acaba de ser lida. **Aprovada.**

O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, requeiro verificação de votação da Ata.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, solicito chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

A Mesa defere e irá proceder a chamada nominal dos senhores deputados.

(**É procedida a chamada nominal dos senhores deputados**)

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, nós já temos quórum. Dispensou a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Em votação a Ata. **Aprovada.**

(**O deputado Elio Rusch assume a Presidência**)

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

**EXPEDIENTE:**

**Requerimentos:**

**REQUERIMENTO Nº 3313**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 431/2001, de minha autoria, e que dispõe sobre alterações à legislação do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre prestação de serviços e transporte intermunicipal e interestadual - ICMS.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) VALDIR ROSSONI

**REQUERIMENTO Nº 3330**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 505/2001, referente à Mensagem Governamental nº 048/2001, que dispõe sobre alteração do artigo 2º da Lei 7047, de 21 de dezembro de 1978, que visa adequar os quadros de oficiais da Corporação da Polícia Militar.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

**REQUERIMENTO Nº 3332**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 1877, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para o Projeto de Lei nº 295/2001, oriundo da Mensagem Governamental nº 027/2001, que visa alterar a Lei

6417/73, para incluir nas hipóteses de indenização a militares, os serviços extraordinários.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) DURVAL AMARAL

#### REQUERIMENTO Nº 3334

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER ao douto Plenário, seja designada audiência pública para 16/10/2001, terça-feira, às 10 horas da manhã, no Plenarinho desta Casa, para conhecer e aprofundar a discussão neste Legislativo, sobre o Programa Especial de Treinamento do Ministério de Educação e Cultura - MEC.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ÂNGELO VANHONI

#### REQUERIMENTO Nº 3303

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja inserido nos Anais desta Casa, votos de pesar pelo passamento do ministro Roberto Campos, ontem à noite.

O ex-ministro foi deputado federal pelo Partido Progressista Brasileiro - PPB, foi fundador do Banco Nacional de Desenvolvimento do Extremo Sul - BNDES, do Banco Nacional de Habitação - BNH, integrante do Fundo Monetário Internacional e ministro de Estado da Fazenda, entre outras atividades políticas e administrativas.

Requer ainda, expediente externando as mais sinceras condolências aos familiares.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) FERNANDO RIBAS CARLI

#### REQUERIMENTO Nº 3302

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER, votos de congratulações à população e aos administradores do município de Rio Branco do Sul, pela passagem do seu 54º aniversário, a realizar-se no próximo dia 11 de outubro.

A história de Rio Branco do Sul começa a partir do século XVII, quando os primeiros mineradores chegaram aos sertões de Curitiba e fundaram, ao norte da Capital, um arraial que levou o nome de Votuverava (em tupi-guarani: "a montanha onde brilha o sol"). De Arraial a Povoado, a Freguesia e à criação do primeiro município, em 1871. Foram tempos difíceis e de muita história. Em 1908 a sede do município é transferida para o então povoado de Rocinha, onde até hoje se encontra, e recebe o nome de Rio Branco, até 1937, quando, por decreto federal perde a condição de município e é anexado a Cerro Azul como simples distrito administrativo. Em 11 de outubro de 1947 recupera sua condição de município,

emancipando-se de Cerro Azul e recebe o nome definitivo de Rio Branco do Sul.

Situa-se na região Sul do Brasil, no Estado do Paraná, na zona fisiográfica de Curitiba. Sua altitude é de 892,78m acima do nível do mar. Tem como limites, ao Norte, Cerro Azul e Castro; a Oeste, Itaperuçu; ao Sul, Almirante Tamandaré e Colombo e a Leste, Bocaiúva do Sul. Distanciando da capital do Estado 33 km.

Sua população é de aproximadamente 30.716 habitantes.

Produto Interno Bruto: US\$155.769.115,00.

Renda per capita: US\$5.444,95.

Participação no PIB municipal:

- Agropecuária: 2,57%;

- Indústria: 50,34%;

- Serviços: 47,04%.

Economia:

- Agricultura: arroz, feijão, batata, mandioca, milho, verduras, citros e reflorestamento.

- Pecuária: gado de corte e suinocultura.

- Minerais: produção de minerais não metálicos, extração de minérios.

- Turismo: várias grutas, sendo as principais as de Capiruzinho, Itaretama e Lancinha. Com salões de rara beleza possuem imensas galerias, ricas em estalactites e estalagmites, sendo a maior. A Gruta de Lancinha e a Galeria dos Cristais é a mais apreciada. A riqueza de seu solo é imensa, encontrando-se calcário, granito, mármore e minérios como ferro, chumbo, cobre, etc.

Rio Branco do Sul possui instalada em seu município o maior complexo cimenteiro das Américas e um dos cinco maiores do mundo, uma empresa da "holding" da Votorantin Cimentos.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

#### REQUERIMENTO Nº 3305

Senhor Presidente:

O deputado subscritor do presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o douto Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos desta nobre Casa, de votos de congratulações e aplausos ao Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, pela passagem do seu 89º aniversário, ocorrido no último dia 08 de outubro corrente.

Outrossim, requer se dê ciência da decisão deste Legislativo aos ilustres senhores comandantes da Polícia Militar do Estado do Paraná, do Corpo de Bombeiros e do Batalhão de Busca e Salvamento.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) CUSTÓDIO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A consignação na Ata dos trabalhos da presente Sessão deste Legislativo Estadual, de votos de congratulações e aplausos ao glorioso Corpo de Bombeiros do Estado do Paraná, reveste-se da maior importância e merecimento, consolidando o reconhecimento àquela

corporação militar da população paranaense aqui representada pelos nobres senhores deputados, tanto pelo seu desempenho no combate a incêndios, como pelo Batalhão de Busca e Salvamento tem contribuído no salvamento de preciosas vidas humanas e preservação do patrimônio público e privado.

O passado de tradição da corporação e a confiança nos inestimáveis serviços prestados na defesa do povo, recomendam o presente requerimento.

#### REQUERIMENTO Nº 3306

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao padre Gustavo Henrique Pereira Filho, pela passagem do seu 91º aniversário, a ser comemorado no dia 12 de outubro do corrente ano.

Requer ainda que do presente se dê ciência ao padre Gustavo, através de correspondência a ser encaminhada à Av. Cândido de Abreu, 180 - ap. 55 - CEP 80530-000 - Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ORLANDO PESSUTI

#### REQUERIMENTO Nº 3308

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que sejam enviados ao Sr. Artur Florêncio, votos de congratulações por sua Ordenação Diaconal, que ocorreu em Celebração Eucarística no dia 07 de outubro de 2001, em Londrina, e que, do presente, se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3309

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que sejam enviados ao Sr. Ilson Aparecido Locastre, votos de congratulações por sua Ordenação Diaconal, que ocorreu em Celebração Eucarística no dia 07 de outubro de 2001, em Londrina, e que, do presente, se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3310

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o douto Plenário, respeitosamente REQUER que sejam enviados ao Sr. Jaime Sípoli, votos de congratulações por sua Ordenação Diaconal, que ocorreu em Celebração Eucarística no

dia 07 de outubro de 2001, em Londrina, e que, do presente, se dê ciência ao mesmo através de correspondência.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

#### REQUERIMENTO Nº 3311

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, depois de ouvido o douto Plenário, envio de votos de congratulações ao município de Céu Azul, pela passagem de seus 35 anos de emancipação política e administrativa.

O município de Céu Azul está localizado no Oeste do Paraná e é um orgulho para nós podermos prestigiar o povo hospitaleiro e trabalhador, que acolhe a todos com amor e amizade. Trabalhando incansavelmente no presente para construir o futuro, a população não esquece as lições do passado, de força e coragem, sabendo que a recompensa do esforço é alcançar os objetivos.

Parabéns a Céu Azul. Parabéns à sua população.

Receba o município, através de seu prefeito Jaime Basso, os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ELI GHELLERE

#### REQUERIMENTO Nº 3314

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à Associação dos Dirigentes das Empresas do Mercado Imobiliário - Ademi-PR, extensivo ao Sr. Normando Baú, presidente da associação e ao Sr. Cláudio Joungo, diretor da Diretriz Empreendimentos, pela organização da X Feira de Imóveis do Paraná.

Outrossim, requer comunicação do feito aos homenageados.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

JUSTIFICATIVA:

Em nossos dias de globalização, que traz consigo os efeitos positivos da mundialização das relações humanas e de trocas econômicas, infelizmente acompanhados de outros negativos, destacando-se, dentre eles, o desemprego, precisamos nos irmanar em reconhecimento aos empresários cuja ação gera riquezas, empregos e renda.

Nessa ocasião queremos parabenizá-los pelo sucesso da X Feira de Imóveis do Paraná, mostrando grandes empreendimentos e trazendo muitos negócios para o nosso Estado, dessa forma contribuindo para o bem de toda a população.

#### REQUERIMENTO Nº 3316

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consul-

tado o douto Plenário, votos de congratulações e aplausos à prefeita de Iporã, Sra. Maria Udenal, pelo 41º aniversário de emancipação política daquela cidade e pela 14ª edição da Expo-Iporã a ser realizada de 10 a 14 de outubro de 2001.

Outrossim, requer comunicação do feito a Exma. Sra. Maria Aparecida Zago Udenal, prefeita da cidade de Iporã.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

O aniversário de emancipação política de uma cidade deve ser lembrado com a maior demonstração de amor e prestígio ao município. Todos nós comemoramos o aniversário desta cidade, Iporã, que há 41 anos vem caminhando com suas próprias pernas e mostrando seu grande desenvolvimento.

A Expo-Iporã, em sua 14ª edição, é a amostra real do grande crescimento da cidade.

**REQUERIMENTO Nº 3317**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o douto Plenário, voto de congratulações e aplausos a Noma do Brasil S/A, representado pelo seu diretor João Noma, pela reinauguração do seu parque industrial, a ser realizada dia 08 de outubro de 2001, na cidade de Sarandi - PR.

Outrossim, requer comunicação do feito ao Exmo. Sr. João Noma.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

A Noma do Brasil S/A vem através de seus longos anos de vida, confirmando a sua credibilidade dentre todos os seus clientes, mostrando-se sempre inovadora no transporte. A empresa foi fundada em 1º de julho de 1967, com o objetivo de explorar o ramo de comércio de peças, consertos e reformas de veículos e fabricação de terceiro eixo. Sua primeira sede estava localizada em Maringá, Estado do Paraná. Em 1977, diversificando sua produção e atingindo outros segmentos do mercado em grande desenvolvimento, a Noma do Brasil S/A iniciou a fabricação de semi-reboques. Sempre voltada à futuras expansões e acreditando no desenvolvimento com trabalho e dedicação, a Noma ampliou as suas instalações.

A convite da Scania, a Noma inicia o processo de exportação com a venda de 32 semi-reboques para o Chile. Foi o início da atuação Noma no Mercosul. Focada em estruturar o comércio exterior, os representantes Noma no Mercosul contam com postos de venda e assistência técnica. Além do Chile, Paraguai, Bolívia e Uruguai, a maior presença dos equipamentos Noma está na Argentina. Ocupando o 2º lugar no mercado, a Noma participa com 12% do mercado argentino.

Recentemente, a Noma do Brasil S/A mostrou pioneirismo e tecnologia ao lançar no mercado da América do Sul o primeiro semi-reboque intermodal, o “Rodotri-lho”. Um projeto arrojado, com tecnologia 100% brasileira, de um equipamento que trafega tanto na rodovia como na ferrovia, com a versatilidade comum aos modais. Já são mais de 45.000km percorridos em ferrovias brasileiras que comprovam a eficiência deste novo sistema, que veio para integrar a ferrovia ao sistema de transporte da América do Sul. Competindo com fortes concorrentes, inclusive trafegar em ferrovias brasileiras.

Tradição e qualidade. Através deste binômio a Noma do Brasil S/A conseguiu conquistar o seu espaço e ser consolidada como um dos maiores fabricantes de semi-reboques no Brasil.

Por todo o disposto acima e mais, manifestamos nossa satisfação em parabenizar a empresa pela reinauguração do seu parque industrial.

**REQUERIMENTO Nº 3324**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Comércio e Indústria Brasileira Coinbra S/A, por ter sido agraciada com o Prêmio “Troféu ACIAP 2001”, no município de Paranaguá / PR.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A empresa Comércio e Indústria Brasileira Coinbra S/A, sediada no município de Paranaguá, recebeu na última semana o Prêmio Troféu ACIAP 2001.

A empresa é multinacional, pertencente ao grupo francês Louis Dreyfuss e atua no Brasil nos ramos de soja, milho, café, açúcar e laranja e foi um dos primeiros exportadores de soja por Paranaguá, utilizando o porto desde meados dos anos 60.

Ainda nos anos 70 a empresa constituiu terminal privado denominado Gransol, em sociedade com a empresa Rocha S/A e com a extinta multinacional Contibrazil. A partir de 1985, em razão da desativação do terminal da Gransol por motivo de abaloamento do cais, ela passou a trabalhar com terminal próprio.

A partir de 1996, passou a administrar o silo de 5000 toneladas da Av. Portuária, interligando ao Complexo do Corredor de Exportações. Os números confirmam o crescimento vertiginoso da Coinbra: em 1999 exportou por Paranaguá 1.500.000 toneladas e em 2000 exportou 2.000.000 toneladas. São números expressivos a nível mundial e que colocam o nosso porto entre os cinco maiores exportadores de soja.

Por ter sido merecidamente agraciada com o Prêmio Troféu ACIAP 2001, receba a empresa Comércio e Indústria Brasileira - Coinbra S/A (Rua Alves, 800-a - Paranaguá/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3325**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações à empresa Fospar S/A - Fertilizantes Fosfatados do Paraná, por ter sido agraciada com o Prêmio “Troféu ACIAP 2001” no município de Paranaguá / PR.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

A Fospar S/A - Fertilizantes Fosfatados do Paraná, sediada no município de Paranaguá, recebeu na última semana o Prêmio Troféu ACIAP 2001.

Inaugurada em 06 de fevereiro de 2001, com um investimento de 23 milhões de dólares, destina-se à movimentação de granéis sólidos, prioritariamente fertilizantes.

Iniciou a construção do terminal no ano de 2000 e em 18 de maio deste ano, com a obtenção de licença de operação do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Renováveis - Ibama, iniciou suas operações no Porto de Paranaguá em definitivo. A Fospar é um terminal privativo de movimentação de granéis, com 14 mil m<sup>2</sup> de área construída do retroporto e 5 mil m<sup>2</sup> de pier, com sistema de correias transportadoras de 800m lineares. Tem capacidade de estocagem de 65 mil toneladas, em um armazém com 12 boxes independentes, para facilitar e dinamizar a descarga de diferentes produtos.

A empresa, que cresce vertiginosamente, é uma grande geradora de mão-de-obra em Paranaguá e possui um dos três terminais portuários mais modernos do mundo.

Por ter sido merecidamente agraciada com o Prêmio Troféu ACIAP 2001, receba a empresa Fospar S/A - Fertilizantes Fosfatados do Paraná (Av. Presidente Getúlio Vargas, s/nº - Paranaguá / PR), os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3326**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Centro de Tradições Gaúchas “Vinte de Setembro”, pela comemoração da 38ª Semana Farroupilha.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O CTG Vinte de Setembro realizou, de 16 a 23 de setembro a “38ª Semana Farroupilha e Ronda Gaúcha. Junto com as festividades comemorou-se o 39º aniversário de fundação da entidade, a 18ª Festa do Boi no Rolete e 11º Café Tropeiro e Palestras Culturais.

O evento, muito amplo, contou com a presença de minha gente ligada à tradição cultura gaúcha e que, como sempre, acolheu muito bem todos que ali chegaram.

Desde missa crioula, passando pelos animadíssimos bailes, até as invernadas de serviços, a Semana Farroupilha foi uma comemoração de grande vulto e, mais que tudo, uma demonstração de tradição e arte gaúchesca, representada pela música, dança, comidas típicas e muito chimarrão.

Pela realização dos eventos, receba o CTG “Vinte de Setembro”, através do Patrão Luiz Bodanese (Galpão Nativista - BR-116, Km 107 - Pinheiro - Ctba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3327**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de votos de congratulações ao Dr. Luiz Zarpelon, novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**JUSTIFICATIVA:**

O Dr. Luiz Zarpelon é o novo juiz do Tribunal de Alçada do Estado do Paraná. Ele vai ocupar a 3ª Câmara Cível e substitui Ivan Campos Bortoleto, que foi promovido ao cargo de desembargador.

Gaúcho nascido em Garibaldi, o Dr. Luiz Zarpelon se formou em Direito pela Universidade Federal do Paraná (UFPR) em 1966 e estava à frente da 1ª Vara do Tribunal do Júri desde 1995.

Com uma carreira impecável de 26 anos, o Dr. Luiz Zarpelon tem um lugar de grande destaque na vida jurídica do nosso Estado. Já passou pelas comarcas de Reserva, Capanema, Jaguariaíva, Francisco Beltrão, Ponta Grossa e Curitiba.

Pela sua nomeação como novo juiz do Tribunal de Alçada do Paraná, receba o Dr. Luiz Zarpelon (Tribunal de Justiça - Palácio da Justiça - 8º andar - Ctba/PR) os votos de congratulações do Poder Legislativo do Paraná.

**REQUERIMENTO Nº 3328**

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, seja encaminhado o envio de votos de congratulações, à Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Paraná - FAEA-PR, pela comemoração do Dia do Engenheiro Agrônomo, no próximo dia 12 de outubro.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) AUGUSTINHO ZUCCHI

**JUSTIFICATIVA:**

Em reconhecimento à inequívoca contribuição com a Sociedade Paranaense, prestada pelos dedicados profissionais, dessa relevante categoria.

## REQUERIMENTO Nº 3304

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, vem à ilustre presença de V. Exa. e aos demais pares desta egrégia Casa de Leis, para REQUERER, após ouvido o Plenário, seja enviado ofício ao Exmo. Ministro de Estado da Justiça, Sr. José Gregori, solicitando a criação de uma Delegacia da Polícia Federal em Campo Mourão-PR.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) NELSON TURECK

JUSTIFICATIVA:

Campo Mourão é pólo de uma região composta por 25 (vinte e cinco) municípios, com 341.747 mil habitantes, sendo sede da Vara da Justiça Federal do Paraná, com viabilidade para instalação de uma segunda jurisdição.

A região é rota do Mercosul, e por consequência merecedora dos importantes serviços desenvolvidos pela Polícia Federal em defesa da segurança pública, coibindo desta maneira o crescente índice de violência verificado em Campo Mourão e região.

Cabe à Polícia Federal a emissão de passaportes, evitando o deslocamento dos munícipes de Campo Mourão e da Comcam para outros centros, o que dificulta atualmente a obtenção deste documento pelos mesmos.

No Paraná, os municípios de Foz do Iguaçu, Guaíra, Guarapuava, Londrina, Maringá e Paranaguá, possuem uma Delegacia Regional da Polícia Federal, sendo de fundamental importância a inclusão de Campo Mourão no rol de cidades paranaenses com uma Delegacia da Polícia Federal.

## REQUERIMENTO Nº 3301

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais e legais, após ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER o envio de expediente ao egrégio Tribunal de Contas do Estado do Paraná, tendo o seguinte teor:

“Tendo em vista que já expirou-se o prazo legal, solicito ao Tribunal de Contas do Paraná, que remeta a este Poder, em 48h (quarenta e oito horas), as prestações de contas referentes ao exercício de 2000, do Governo Estadual”.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) NEIVO BERALDIN

## REQUERIMENTO Nº 3312

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, depois de ouvido o duto Plenário, respeitosamente REQUER, envio de expediente ao Exmo. Sr. Dr. Ingo Henrique Hübert, secretário de Estado da Fazenda, solicitando informações sobre a transação de títulos do Banco do Estado do Paraná S/A para as empresas Rio Paraná Securitizadora de Créditos Ltda e Rio Branco Aquisições de Administração de Cré-

ditos Ltda, especificando-se a natureza jurídica da operação, época de negociação e modalidade licitatória adotada.

Justifica-se tal solicitação para que esta Casa Legislativa tenha conhecimento dos termos da transação dos inúmeros títulos extrajudiciais do Banco do Estado do Paraná S/A - Banestado, que hoje estão sob domínio das empresas supra citadas.

Termos em que, pede e espera deferimento, nos termos regimentais.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) EDSON STRAPASSON

## REQUERIMENTO Nº 3319

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, consultado o duto Plenário, envio de expediente à Telepar Brasil Telecom solicitando que as ligações telefônicas da sede do município de Maringá para seus distritos de Iguaçu e Floriano e vice-versa, bem como para Maringá e para os demais municípios da Região Metropolitana de Maringá - Floresta, Itambé -, deixem de ter tarifa conurbada e passem a ter tarifa local, tanto na telefonia fixa quanto na móvel (celular).

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO CHAB

JUSTIFICATIVA:

A legislação atual prevê que as ligações telefônicas entre municípios cuja distância seja inferior a 50 quilômetros terão tarifa local. Esta é a situação do município e distritos elencados no presente requerimento. Ademais, a atual situação impede o pleno desenvolvimento econômico destes municípios e distritos e seu entrelaçamento, visto as ligações sociais, econômicas e políticas entre eles. É preciso destacar, além disso, que a quase totalidade do setor de serviços de que se servem as populações destes distritos encontram-se no município sede, qual seja, Maringá, quando não em outros municípios da região metropolitana.

Assim, são significativos os contatos telefônicos entre estes distritos, o município-sede e os demais municípios da região Metropolitana de Maringá, razão pela qual se torna imperiosa a mudança do valor da tarifa cobrada pela Telepar Brasil Telecom.

## REQUERIMENTO Nº 3329

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Tavares, secretário de Estado da Segurança Pública e ao Sr. Leonyl Ribeiro, delegado geral da Polícia Civil, solicitando com a máxima urgência que sejam tomadas providências quanto às reformas nas instalações precárias do 11º Distrito de Polícia de Curitiba e ao grave problema de estar com a sua capacidade ultrapassada, tendo 23

presos já condenados que não foram transferidos para o presídio.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RENATO GAÚCHO

Apoiamento:

Luciana Rafagnin, Cusódio da Silva e 1 ilegível.

JUSTIFICATIVA:

A Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania esteve no dia 04 próximo passado vistoriando o 11º Distrito Policial em Curitiba, e verificou “*in loco* as péssimas condições que se encontram as instalações daquela delegacia, com problemas estruturais, contribuindo para a fuga de presos, com o grave problema de excesso de presos. Foi verificado que lá se encontram 23 presos já condenados que deveriam ser transferidos para o presídio para cumprirem as suas penas.

Foi relatado a esta Comissão que a reforma está programada, mas sabe-se antecipadamente que o valor para reforma será insuficiente, dependendo ainda da conclusão de reforma em outro distrito policial, que infelizmente encontra-se paralisada.

Isto posto, solicito com a máxima urgência providência e medidas que venham a minimizar os graves problemas encontrados, e trazer aos moradores próximos ao distrito policial mais tranquilidade, pois encontram-se temerosos quanto à fuga de presos.

#### REQUERIMENTO Nº 3333

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, vêm mui respeitosa-mente REQUERER da Comissão Executiva da Assembléia Legislativa, pedido de providências cabíveis, inclusive judiciais, em relação à companhia denominada Tradener, constituída pelas empresas Logos Engenharia Ltda., com sede no Estado de São Paulo, DGW Participações Ltda., com sede na cidade de Curitiba, e a Companhia Paranaense de Energia - Copel, com sede no Estado do Paraná.

No aguardo da imediata manifestação desta digna Comissão, subscrevemos.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(aa) CESAR SILVESTRI e MARCOS ISFER

#### REQUERIMENTO Nº 3307

Senhor Presidente:

O deputado que o subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja enviada correspondência ao Exmo. Sr. secretário de Estado da Secretaria de Transportes, Dr. Nelson Justus, solicitando prioridade na recuperação asfáltica do trecho Iguaçu/Astorga - PR-218m, tendo em vista o trecho citado se encontrar sem condições de tráfego.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) DIVANIR BRAZ PALMA

#### REQUERIMENTO Nº 3322

Senhor Presidente:

Os deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, que seja consignado na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, moção de apoio aos alunos e professores que lutam pela manutenção do Programa Especial de Treinamento PET, o qual vem sofrendo cortes nas verbas destinadas pelo orçamento federal, assim como reivindicam o apoio à emenda ao orçamento Federal - 2002, com o fim de restabelecer plenamente o Programa.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) IRINEU COLOMBO

JUSTIFICATIVA:

O PET está instalado em 59 universidades brasileiras (dentre as quais várias universidades do Paraná) e atinge diretamente, mediante projetos de ensino, pesquisa e extensão, a 3.500 bolsistas e, indiretamente, a mais de 300 mil pessoas. O Programa Especial de Treinamento é um programa de comprovada excelência, pois avaliado duas vezes, positivamente, pela própria Capes está voltado, fundamentalmente, para aprimorar os cursos de graduação.

Desde 1997, o PET vem sofrendo ataques contínuos: primeiramente foram cortados recursos, depois, foi diminuído para seis alunos em cada grupo e a seguir foi decretado que o PET encerraria as atividades em 31/12/99.

A seguir, o PET foi retirado da tutela da Capes e passou para o Sesu, que não deu continuidade às avaliações anuais: foram introduzidos novos protocolos que atrasaram o pagamento das bolsas dos alunos por nove meses e ameaçam deixar sem pagamento os doze meses de trabalho dos tutores. O orçamento destinado a este Programa em 2001 é de R\$8 milhões, contempla apenas o pagamento de bolsas até o mês de setembro, excluindo as taxas acadêmicas e as bolsas de tutores. Para a manutenção deste Programa, de forma a atender a todos os objetivos a que se propõe, seria necessário um crédito suplementar de R\$5,2 milhões.

No ano de 2002 serão necessário R\$20,3 milhões para o funcionamento integral do programa e uma extensão de 300 novos grupos, considera-se que desse montante R\$8 milhões estão contemplados pelo Governo Federal, entretanto ainda serão necessários R\$12,3 milhões, mediante emenda orçamentária.

#### REQUERIMENTO Nº 3318

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o duto Plenário, pedido de informações ao Sr. Carlos de Freitas, diretor da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, sobre o total arrecadado e o total investido nos anos de 1988/1999/2000 na cidade de



Maringá, e quais foram os investimentos feitos naquela cidade.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

Atendendo lideranças políticas de Maringá, necessitamos de números oficiais dessa Companhia para que possamos apresentar a toda comunidade como foi aplicado o dinheiro arrecadado pago pelos usuários da Sanepar.

**REQUERIMENTO Nº 3320**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, pedido de informações junto à Secretaria de Segurança Pública com relação ao posto do Corpo de Bombeiros Zona Sul, sito em Maringá, há três meses desativado.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

A segurança pública é uma função essencial do Estado, o qual deve zelar pela integridade física dos seus cidadãos, evitando a ocorrência das infrações penais. Devido à importância desta atividade, o Estado não pode colocá-la em segundo plano. O posto do Corpo de Bombeiros da Zona Sul, localizado em Maringá encontra-se fora de funcionamento. Desta forma deixando de atender milhares de habitantes que necessitam do serviço prestado pelos bombeiros.

**REQUERIMENTO Nº 3321**

Senhor Presidente:

O deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, ouvido o douto Plenário, pedido de informações ao Sr. Cesar Franco, diretor geral do Departamento de Trânsito do Paraná - Detran/PR., sobre o total arrecadado em autos de infração e qual o destino teve o montante referente ao valor da arrecadação nos anos de 1997/1998/1999/2000, no município de Maringá.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

Atendendo lideranças públicas de Maringá, necessitamos de números oficiais desse Departamento para que possamos apresentar a toda comunidade como foi aplicado o dinheiro arrecadado mediante o pagamento dos autos de infrações.

**REQUERIMENTO Nº 3323**

Senhor Presidente:

O deputado que este subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o registro nos Anais desta Assembléia Legislativa

do Estado da “carta aberta à comunidade”, dos professores da Universidade Federal do Paraná.

Sala das Sessões, em 10.10.2001.

(a) ALGACI TULIO

**Projetos de Lei:**

**PROJETO DE LEI Nº 512/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica a Circunscrição Regional de Trânsito - Ciretran de Maringá, denominada “Major Abelardo José da Cruz”.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Saladas Sessões, em 10.10.2001.

(a) RICARDO MAIA

**JUSTIFICATIVA:**

Filho de Afonso da Cruz e Amélia da Cruz, o major Abelardo José da Cruz, nasceu dia 18 de maio de 1952 em Arapongas.

Foi declarado aspirante de oficial em 16 de dezembro de 1977, passado mais um tempo mais precisamente em 10 de janeiro de 1979 foi promovido ao posto de 2º tenente, em 16 de outubro de 1984 ganhou mais uma promoção agora de 1º tenente em 01 de setembro de 1989.

Dia 16 de outubro de 1989 foi transferido do 4º BPM, para assumir a função de comandante da 4ª Companhia - BPRv. Em 09 de junho de 1989 foi promovido a capitão e por último foi promovido em 24 de maio de 1995 ao posto de major “*Post-Mortem*”.

O major recebeu este título após a sua morte que ocorrera dia 23 de dezembro de 1994. Seu falecimento se deu em serviço, quando eles realizavam serviços rotineiros na rodovia quando foi atingido por um veículo automotor vindo a falecer.

Pela importância do seu trabalho no empenho de sua função de zelar pela segurança pública a qual lhe custou a vida, queremos homenageá-lo dando o seu nome à Ciretran de Maringá.

**PROJETO DE LEI Nº 513/2001**

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

**D E C R E T A :**

Art. 1º - Fica incluído no conteúdo programático das escolas de Primeiro e Segundo graus, da rede pública estadual de ensino, a matéria de Orçamento Público.

Art. 2º - A matéria de que trata o artigo anterior será ministrada em conjunto com outras disciplinas afins, a critério da Secretaria de Estado da Educação e Cultura.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Saladas Sessões, em 10.10.2001.

(a) LUCIANA RAFAGNIN

JUSTIFICATIVA:

A participação do cidadão no processo de discussão, aplicação e fiscalização do orçamento público é de fundamental importância para a construção da cidadania e real consolidação da democracia. Assim, a proposição do presente projeto de lei objetiva propiciar condições de se formar o cidadão em todos os aspectos do cotidiano.

Com a nova Lei de Responsabilidade Fiscal, os administradores públicos estão obrigados a realizar audiências públicas para prestação de contas de como estão sendo aplicados os recursos financeiros da administração pública. Contudo, a população tem tido dificuldades em acompanhar as discussões realizadas, questionar a utilização dos recursos e acompanhar a execução orçamentária em seu todo. Além das dificuldades de acesso à informação e à limitação na participação, também inibe a participação da população o desconhecimento, por parte desta, dos termos técnicos utilizados pelos administradores públicos.

A implantação da disciplina de Orçamento Público nas escolas da rede pública estadual de 1º e 2º graus, suprirá a necessidade de informações básicas sobre o tema, possibilitando ao cidadão compreender o orçamento público e assim participar efetivamente na administração pública, seja ela federal, estadual ou municipal.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Pequeno Expediente com a palavra o deputado Irineu Colombo.

O SR. IRINEU COLOMBO

Senhor presidente, senhoras e senhores deputados.

A eleição dos diretores de escolas no Estado do Paraná está ocorrendo num clima bastante complicado. A notícia que temos é que em vários lugares a Polícia está escoltando as urnas até as casas das chefes de núcleo, para garantir a lisura do pleito na abertura das urnas. É uma maravilha! Seria melhor que o Governo do Estado não fizesse arremedo de eleição e nomear os diretores, quem sabe ficaria até melhor para o Governo.

Mas, gostaria de fazer um esclarecimento, também, sobre uma outra eleição. Tratar-se das eleições internas do Partido dos Trabalhadores, em que nós temos a oportunidade de receber a informação da Comissão Eleitoral de que no segundo turno, no Paraná, foi proclamada até agora a vitória de André Vargas, vereador de Londrina, sem prejuízo da análise de recursos, que está sendo impetrada. E que evidentemente a direção partidária está, neste momento, analisando algumas irregularidades no processo de eleição, que serão objeto de inteiro esclarecimento. Então, nós queremos contestar algumas informações veiculadas na imprensa, por parte de alguns

candidatos do Partido que não refletem a intenção do conjunto do Partido dos Trabalhadores.

Mas, o que me traz à tribuna, senhor presidente, senhoras e senhores deputados, é apresentar, de acordo com requerimento já aprovado por esta Casa, o pronunciamento da professora Isaura e da bolsista Alice Bonato de Castro, que vão tratar do PET, que é o Programa Especial de Treinamento, um programa vinculado às universidades federais, e que procura dar um espaço maior para os estudantes, fazer uma integração, uma interação, com experiências profissionais no ambiente universitário e fora da universidade.

Mas, o Governo Federal, nos últimos anos, tem adotado políticas no sentido de acabar com este programa. E os estudantes já se movimentaram junto à Câmara Federal, ao Senado, para lá fazer um processo de convencimento da necessidade e sobretudo da importância que muitos desconhecem, deste programa. E também fizeram já na Câmara Municipal de Curitiba, como estão fazendo em todo o Brasil. E hoje eles, requerendo um espaço nesta Casa, vêm fazer esta explanação.

Em seguida, senhores parlamentares, nós estaremos votando uma moção de apoio aos alunos e professores que lutam pela manutenção do Programa Especial de Treinamento, o PET, com a seguinte justificativa:

(Lê):

“JUSTIFICATIVA

O PET está instalado em 59 universidades brasileiras (dentre as quais várias universidades do Paraná) e atinge diretamente, mediante projetos de ensino, pesquisa e extensão, a 3.500 bolsistas e, indiretamente, a mais de 300 mil pessoas. O Programa Especial, de Treinamento é um programa de comprovada excelência, pois avaliado duas vezes, positivamente, pela própria CAPES está voltado, fundamentalmente, para aprimorar os cursos de graduação.

Desde 1997, o PET vem sofrendo ataques contínuos: primeiramente foram cortados recursos, depois foi diminuído para seis alunos em cada grupo e a seguir foi decretado que o PET encerraria as atividades em 31.12.99. A seguir, o PET foi retirado da tutela da CAPES e passou para o SESU, que não deu continuidade às avaliações anuais: foram introduzidos novos protocolos que atrasaram o pagamento das bolsas dos alunos por nove meses e ameaçam deixar sem pagamento os doze meses de trabalho dos tutores. O orçamento destinado a este Programa em 2001 é de R\$8 milhões, contempla apenas o pagamento de bolsas até o mês de setembro, excluindo as taxas acadêmicas e as bolsas de tutores. Para a manutenção deste Programa, de forma atender a todos os objetivos a que se propõe, seria necessários um crédito suplementar de R\$5,2 milhões. No ano de 2002 serão necessários R\$20,3 milhões para o funcionamento integral do programa e uma expansão de 300 novos grupos, considera-se que desse montante R\$8 milhões estão contemplados pelo Governo Federal, entretanto ainda serão

necessários R\$12,3 milhões, mediante emenda orçamentária.”

Sobre isso e para tecer maiores comentários, senhor presidente, com a anuência desta Presidência, eu peço a V. Exa se é possível fazer o uso da palavra a professora Isaura Kumbawara e a bolsista Alice, e contamos com a presença nas nossas galerias de honra, dos nossos estudantes que desde já desejo minhas boas-vindas a esta Casa.

#### O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)

Conforme requerimento aprovado na sessão há alguns dias aqui na Assembléia, usaria pelo período de cinco minutos o estudante Simão, mas, num entendimento com o próprio estudante, nós passamos a palavra à professora Isaura no período de 5 minutos, e à bolsista Alice, para que possam transmitir a sua mensagem aos senhores deputados.

#### A SRA. IZAURA KUMBAWARA

Boa tarde.

Em primeiro lugar, gostaria de agradecer muito a oportunidade de estar nesta Casa, conversando sobre um Programa Especial de Treinamento, especialmente ao deputado Irineu Colombo e aos demais deputados desta Casa.

O Programa Especial de Treinamento é um programa que destina recursos a alunos de graduação. São 12 alunos de cada curso que são vinculados ao programa com a orientação de um professor tutor e mediante esse grupo a uma execução de um conjunto muito variado para melhoria qualitativa da graduação e da formação dos demais estudantes do qual ele é vinculado.

Este programa tem 22 anos. Foi criado em 79 pelo MEC, pelo CAPES, pela Coordenadoria de Aperfeiçoamento do Pessoal Docente e ao longo desses 22 anos foi sendo gradativamente melhorado, ampliado de tal modo que hoje atinge 59 instituições particulares, federais, municipais e estaduais pelo país, distribuídos em todos os Estados do País. Envolve, portanto 314 grupos e 3 mil e 500 estudantes.

Esse programa, apesar de ser bem avaliado, tanto em âmbito nacional, como em âmbito internacional, inclusive com duas avaliações dos exames promovidos pela própria CAPES e pelo próprio MEC, vem, sistematicamente, sendo reduzido com vistas à sua extinção pelo MEC, sem que o governo tenha explicitado, em nenhum momento, um argumento razoável que justifique a extinção do programa.

Da mesma forma, vários outros programas importantes e bem sucedidos do MEC, foram extintos nesse período. O único programa que conseguimos manter, graças à mobilização intensa dos professores, estudantes e das administrações das universidades, é este programa PET.

No momento ele está sendo amparado pelo apoio unânime de todos os partidos da Câmara Federal e do

Senado. Então, é o Congresso Nacional, mediante a Câmara e o Senado, que vem sustentando esse programa, mesmo à revelia do desejo do MEC.

Somente nos últimos meses, com a entrada da professora Maria Helena na CESU, o programa passou a ter um pouco mais de conforto, mesmo que os recursos destinados de oito milhões sejam insuficientes para pagar os atuais estudantes, que já estão trabalhando desde o início do ano; e os professores tutores, que vêm trabalhando continuamente, sem nenhuma interrupção e que não recebem a bolsa tutorial desde o ano passado. Então, são quase dois anos de ausência de pagamento da bolsa correspondente ao tutor.

O que nós queremos, no momento, desta Casa? Graças ao apoio político do Congresso Nacional, temos conseguido manter esse programa. Queremos, da mesma maneira, como outros grupos fizeram nos demais estados importantes do País, desde o Norte até o Sul, o apoio político desta Casa, para sensibilizar os seus colegas parlamentares de partidos que têm assento na Câmara e no Senado, no sentido de conseguir criar uma estabilidade e uma continuidade ao programa, de tal maneira que não continue acontecendo o que vem sucedendo nos últimos dois anos.

Os nossos estudantes estão trabalhando continuamente e receberam as bolsas de janeiro à setembro deste ano, apenas o correspondente de janeiro a julho na semana passada. Então, estão onze meses sem receber e dos onze meses que eles receberam até agora, o Governo só colocou em dia o pagamento da bolsa até julho. Os professores tutores estão com as bolsas atrasadas o ano 2000 inteiro e o ano 2001 inteiro, até hoje.

Então, esse procedimento, por mais que o MEC e a CESU, digam no momento que o programa passa a ser apoiado pelo MEC, que está afastado o aspecto da extinção; na realidade, operacionalmente, o programa não tem uma continuidade necessária, uma tranquilidade necessária, para o bom desenvolvimento das atividades.

Então, estamos pedindo aqui o apoio dos Senhores de Duas maneiras: em conversas e reuniões com os seus colegas de partido, no sentido de que haja a possibilidade de aprovação do montante que precisamos para o ano de 2002, que é vinte milhões e trezentos mil, e desse montante, apenas oito milhões estão contemplados no orçamento. Então, precisamos de uma emenda orçamentária de doze milhões e trezentos mil.

E se possível, uma audiência pública sobre o tema, na Assembléia Legislativa, para que possamos ter um pouco mais de tempo para discutir esse programa que é importante para o nosso País.

#### A SRA. ALICE BONATO DE CASTRO

Boa tarde, meu nome é Alice Bonato de Castro, sou acadêmica do 2º ano de Geologia da Universidade Federal do Paraná e também sou bolsista do programa PET.

No País, como a professora Isaura já falou, somos três mil e quinhentos bolsistas e atingimos indiretamente cerca de 300.000 pessoas, isso através de ensino, pesquisa e extensão, que são as atividades que são realizadas pelo programa.

Os alunos que têm a oportunidade de fazer parte desse programa do PET, são os alunos que possuem os melhores rendimentos acadêmicos nos seus cursos. Esses alunos não podem ter reprovação nenhuma também.

Os trabalhos que o programa vem realizando, estão sendo realizados apesar dos recursos serem limitados e intermitentes.

Bom, para que estamos aqui pedindo o apoio dos senhores?

Primeiro, para que os recursos, que são as bolsas dos alunos, bolsas dos tutores e as taxas acadêmicas, sejam incluídas no orçamento da República, para que o programa possa ter sua continuidade, possa ser mantido e ampliado para o ano de 2002, e também para que ele possa ser transformado em lei, para ter sua continuidade garantida.

Estamos pedindo recursos! Para 2001 temos 8 milhões, a professora Isaura também já falou, e nesses oito milhões não dá para pagar nem a bolsa de todos os bolsistas, e não estão incluídas as taxas acadêmicas e as bolsas de tutores, que estão trabalhando há quase 2 anos de graça, porque eles acreditam na qualidade do programa!

Para 2002, estamos pedindo 20 milhões de reais, aproximadamente, e esse valor representa 0,2% do orçamento do MEC. Esse dinheiro que estamos pedindo, seria utilizado para complementar as atividades que já são realizadas, para ampliar o número de pessoas que são atendidas, que são atingidas com o programa, e também diversificar as formas e os locais de atuação de todos os bolsistas.

O PET forma uma elite universitária cidadã, ciente das suas responsabilidades sociais,

Nós que estamos sendo formados em universidades públicas, gratuitas, queremos devolver para a sociedade o que nos está sendo dado através da ação direta de maneira de melhorar a qualidade de vida da população. E para isso, estamos pedindo o apoio dos senhores, para que conversem com seus colegas parlamentares, para que possamos dar continuidade ao nosso trabalho.

Muito obrigado pela atenção.

**O SR. PRESIDENTE (Elio Rusch)**

No Pequeno Expediente, deputado Nereu Moura.

**O SR. NEREU MOURA**

Senhor presidente, senhora e senhores deputados, senhores que participam da Sessão no dia de hoje.

Quero inicialmente, dizer aos acadêmicos do PET “Programa Especial de Treinamento”, que podem contar conosco, que estaremos juntos, somando para que haja uma solução de continuidade nesse programa, para que o

Governo Federal viabilize os recursos necessários para que o PET continue existindo, qualificando e capacitando os estudantes do Estado do Paraná.

Esse programa que é da Universidade Federal do nosso Estado do Paraná. Por isso, inicialmente quero dizer aqui, dar aqui a nossa solidariedade a todos os estudantes, aos professores e alunos que usaram da palavra anteriormente.

Quero também, senhor presidente, falar sobre a Copel!

O secretário de Planejamento, incompetente Miguel Salomão, usou de uma rádio em Curitiba hoje, a Rádio CBN, para fazer afirmações com relação à venda da Copel.

Afirmações mentirosas, porque somente uma mente doentia, como é a mente do governador Jaime Lerner para insistir na venda dessa estatal paranaense, na venda desta empresa, senhor presidente.

Eu, até brincando com os jornalistas, no dia de hoje, disse que iria ligar para o presidente americano e dizer que eu encontrei o paradeiro do terrorista Osama bin Laden, pois o governador Jaime Lerner é o Osama bin Laden do Paraná, é o verdadeiro terrorista do nosso Estado, destruindo o nosso patrimônio, destruindo o Estado do Paraná. E mesmo com todas as evidências, mesmo com o mundo indicando que agora não é o momento de vender o nosso patrimônio público, o governador Jaime Lerner insiste em colocar fim na Copel, esta empresa que é orgulho para o povo do Paraná!

Senhor presidente, temos informações que das onze empresas inscritas para comprar a Copel, nove já desistiram. Nove. Empresas da Bélgica, da Alemanha, da Espanha, dos Estados Unidos, da França já desistiram de comprar a Copel, apenas duas empresas ainda estão cadastradas para comprar a Copel. Ora, senhor presidente, porque é que empresas de porte, empresas que tem know how em energia, no mundo, desistem de comprar a Copel?

Por que a Copel não é uma empresa que dá lucro? Por que a Copel não é uma empresa viável? Não. Porque as incertezas do mercado mundial, em função do atentado que mexeu com as relações da humanidade, não permitem visualizar um futuro que possa merecer um investimento da grandeza como este para comprar a Copel.

Empresas, senhor presidente que são das maiores do mundo...

**(Ausência de som)**

Utilizo o Horário do PMDB, senhor presidente.

**O SR. PRESIDNTE (Elio Rusch)**

V. Exa. passa a falar no Horário da Liderança do PMDB.

**O SR. NEREU MOURA**

Empresas como nós já conhecemos: Hidro Quebec? Empresa RWE da Alemanha; Enil Power, da Itália; da Bélgica; do Canadá; dos Estados Unidos, três empre-

sas. Nove já desistiram, apenas duas ainda estão inscritas oficialmente. E o governador Jaime Lerner insiste, insiste e ensandecido, enlouquecido para vender a Copel, destruindo o patrimônio do povo do Paraná!

Por isso que ele é o verdadeiro Osama bin Laden do Estado do Paraná. Um verdadeiro terrorista contra os interesses do nosso Estado.

Senhor presidente, nós queremos pedir aqui, em nome de todos os deputados que se posicionaram contra a venda da Copel, a Assembléia legislativa, esse Poder que é a Casa do Povo, tem que se manifestar, sim! Nós não podemos permitir que o governador Jaime Lerner cometa esse atentado contra o povo do Paraná! Ora! Não é o momento de vender a Copel! Se as empresas que entendem estão desistindo, por que é que o governador insiste em querer vender essa empresa que é orgulho para todos nós paranaenses. Não podemos permitir. Temos que erguer a nossa voz! Temos que gritar! Temos que andar pelas ruas para fazer com que o governador sonolento, o governador dorminhoco que, infelizmente está tirando do nosso coração a nossa esperança, a nossa auto-estima, destruindo o que o Paraná construiu ao longo dos anos.

Eu venho aqui, em nome do PMDB, senhor presidente, em nome do meu partido, fazer esse apelo para que todos os deputados desta Casa, inclusive aqueles que votaram a favor da venda da Copel, façam um apelo ao governador, não o deixem cometer esse crime contra o povo do Paraná. Já que quer vender a Copel, não venda agora, porque agora não é hora, porque o preço da Copel está em baixa, porque as empresas estão desistindo de comprar! Isso significa que o ágio deverá ser mínimo e talvez nem exista. E o povo do Paraná vai ter bilhões de reais de prejuízo em função desse crime que o Jaime Lerner está perpetrando contra o nosso Estado.

Esse é o apelo senhor presidente, que nós queremos que crave fundo no coração de cada deputado, para que possamos pressionar esse homem insensível, que não tem coração, que está ali no Palácio Iguaçu, e que apenas tem causado tristeza ao povo do Paraná!

Não venda a Copel, porque a Copel é do povo do nosso Estado!

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Próximo orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Waldyr Pugliesi.

#### O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, senhores deputados.

Quando o presidente da Copel, Ingo Hübert, teve aqui na Assembléia Legislativa, baseado naquilo que os governistas e ele mesmo estavam falando a respeito da Copel, naquela época e é bom aqueles que não entenderam, e alguns não entenderam a minha afirmação naquele dia em que o presidente da Copel esteve aqui, basta fazer a compulsão das notas taquigráficas que aqui se encontram: eu falei que era preferível irmos ao Afeganistão, falei naquele dia, para rebater aquilo que o presidente da

Copel estava falando, que era preferível ir lá pegar os fundamentalistas islâmicos e atirar na Copel, porque o presidente da Copel, o governador Jaime Lerner e todo o governo fizeram uma campanha brutal de desvalorização do patrimônio público, no caso a desvalorização da Copel. E hoje depois de ter compulsado aquilo que falei, de ter verificado aquilo que aconteceu nos Estados Unidos, eu estou imaginando aí que os meninos do Palácio já estão com os seus aviõezinhos preparadinhos para derrubarem a torre da Copel. Não há nada no mundo que impeça os liberais do Palácio Iguaçu, os fundamentalistas islâmicos que estão no Governo, de deixarem de lado o crime que pretendem perpetrar, que é acabar com a Copel.

Eu vejo muitos jovens aqui, estou sabendo que o presidente da República colocou no orçamento onde ele vetou isso que nós estamos falando, ele colocou duzentos e trinta e cinco milhões de reais para pagar os patrões lá dos Estados Unidos. Para os jovens se formarem, se qualificarem para a Universidade, para os professores, não tem dinheiro. Mas, aquilo que faz o governo neoliberal, lá, através do Fernando Henrique Cardoso, se faz aqui, através do nosso governador. Essa é que é a verdade. Não tem dinheiro para se fazer aquilo que se necessita ser feito. Do outro lado, acontece o quê? Acontece aquilo que vocês estão cansados de ver, que é a falta de recursos para a universidade, para a extensão e para a pesquisa. O que é que precisa a universidade? Precisa de recursos, para trazer mais rapidamente o amanhã, que muitos vezes nos países subdesenvolvidos, custa a chegar!

Eu reforço aqui a posição do PMDB, colocada de maneira clara, pelo nosso líder Nereu Moura, quando ele diz que o momento não é apropriado para se vender a Copel. Não é o momento apropriado, para se fazer o leilão da Copel. As ações baixam, as empresas se retiram e a impressão que ficam é que está um baralho marcado, para aqueles que, no final, talvez, tenham se acertado com os outros, para que se retirassem, sejam os aquinhoados com essa jóia rara, que é a Copel. Essa é a posição que queremos, mais uma vez, deixar muito claramente esposada, nesta tribuna.

Seria bom que todos os jovens, todos aqueles que vivem na rebeldia, porque é uma santa rebeldia, para se construir, fiquem sabendo que esse País está entregue à ganância daqueles que, lá de fora, têm mais a receber do Brasil, do povo brasileiro, que precisa cada vez mais trabalhar, para cobrir os rombos destes governos empreguistas que fazem aqui na América Latina.

Muito obrigado.

**(Aplausos).**

#### O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

No Grande Expediente, inscrito o deputado Valdir Rossoni.

**(Declina).**

Também declinou o deputado Neivo Beraldin.  
Horário das Lideranças.

PL; PST; PSL; PDT; PT; PTB; PFL; PSDB; PTB; PPS; Liderança da Oposição; Liderança do Governo.  
Está encerrada a Hora do Expediente.  
Passa-se à

**ORDEM DO DIA,**  
com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constante do expediente. Neces-  
sita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Luci-  
ana Rafagnin, constante do expediente. Necessita de  
apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da  
Ordem do dia, conforme avulso distribuído aos senhores  
deputados:

#### ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 325/2000, de  
autoria do deputado Valdir Rossoni, que aprova a cons-  
trução de Usina Termoeletrica na Zona Industrial ZI - do  
município de Araucária. **Aprovado. (Publ. no DA nº  
136/2000, de 10.10.2000).**

#### ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 342/2000, de  
autoria do deputado Ricardo Maia, que declara de Utili-  
dade Pública o Centro de Eventos Sociais e Religiosos de  
Marialva - Cesorema, com sede e foro no município de  
Marialva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 145/2000, de  
25.10.2000).**

#### ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 303/2001, de  
autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de  
Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da  
Escola Municipal Padre Durval Secchi, com sede e foro  
no município de Colombo. **Aprovado. (Publ. no DA nº  
102/2001, de 06/08/2001)**

#### ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 365/2001, de  
autoria do deputado Ricardo Chab, que declara de Utili-  
dade Pública a Creche Comunitária Jardim Acrópole,  
com sede e foro no município de Curitiba-PR. **Apro-  
vado. (Publ. no DA nº 113/2001, de 27.08.2001).**

#### ITEM 05

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 295/2001, de auto-  
ria do Poder Executivo - Mensagem nº 027/2001, altera o  
parágrafo único, do artigo 26, da Lei nº 6.417, de 03 de  
julho de 1973, para incluir, entre as hipóteses de inden-  
ização a militares, os serviços extraordinários, no valor e  
condições que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS

DA CCJ, CF e CSP. EM REGIME DE URGÊNCIA.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 06

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 346/2001, de auto-  
ria do Poder Executivo - Mensagem nº 034/2001, objetiva  
alterar dispositivos da Lei nº 12.398, de 30 de dezembro  
de 1998 (Sistema de Seguridade Funcional do Estado do  
Paraná). PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF.  
**Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 07

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 392/2001, de auto-  
ria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade  
Pública a Associação Rubí Mancuso, com sede e foro  
nesta Capital. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Apro-  
vado, artigo por artigo.**

**(Reassume a Presidência o senhor deputado  
Hermas Brandão)**

O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

**(Assentimento)**

Senhor presidente, muito embora a matéria seja  
vencida, até porque eu nem iria colocar em destaque essa  
matéria, no item nº 05, que trata da gratificação aos poli-  
ciais militares.

Eu pretendia colocar emendas neste projeto, mas  
acabei no último momento refletindo melhor, para não  
atrapalhar o seu andamento, porque ele tem urgência em  
relação à questão dos policiais militares.

Quero fazer um apelo ao líder do Governo, para  
que o Governo do Estado encaminhe a esta Casa, o mais  
depressa possível, alguma mensagem, para estabelecer  
também uma gratificação à Polícia Civil do Estado do  
Paraná, que também sente as mesmas dificuldades, sente  
a mesma carência de melhores salários.

Eu peço à Liderança do Governo que encareça o  
governador do Estado, até porque nesta Casa nós tivemos  
uma posição alguns meses atrás quando aqui estiveram  
policiais civis, policiais militares estavam em greve, nós  
tiramos um entendimento de que nesta Casa não se apro-  
varia nada, a não ser que viessem mensagens conjuntas  
para a Polícia Civil e para a Polícia Militar. No entanto  
isso não aconteceu. Como não se trata de um aumento  
salarial e apenas de uma gratificação, deputado Valdir  
Rossoni, deputado Durval Amaral, nós apelamos a V.  
Exa. no sentido de que alerte o Governador do Estado.

Há um clima de insatisfação na Polícia Civil e  
diante da informação de que a Assembléia estava votando  
projeto que dava aumento aos policiais militares, claro  
que nós orientamos e dissemos que não se trata de  
aumento, e sim de uma gratificação por serviço extraor-  
dinário, mesmo assim, criou-se um clima de insatisfação  
nas hostes da instituição chamada Polícia Civil.

Por isso, eu encareço mais uma vez para que alerte o senhor governador, a Casa Civil, e a Secretaria da Administração, no sentido de que estudem o mais depressa possível sob pena do risco de mais uma paralisação da Polícia Civil do Estado do Paraná.

#### ITEM 08

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 405/2001, de autoria do deputado Durval Amaral, que declara de Utilidade Pública o Centro de Apoio de Reabilitação dos Portadores de Fissura Lábiopalatal de Londrina e Região - CEFIL, com sede e foro no município de Londrina. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 417/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Protetora dos Animais de Campo Largo, com sede e foro no município de Campo Largo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 424/2001, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que declara de Utilidade Pública a "ONG - Organização não Governamental Cidadão do Futuro", com sede e foro no município de Ibiporã. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 425/2001, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública o "Asilo São Vicente de Paulo da Paróquia de Siqueira Campos", com sede e foro no município de Siqueira Campos. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 437/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade no âmbito do Estado do Paraná, o Consórcio Intermunicipal de Saúde da Região da Associação dos Municípios Centro Sul do Paraná - AMCESPAR, com sede e foro no município de Irati. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

#### ITEM 13

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 387/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, com sede e foro no município de Colombo. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 387/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Zumbi dos Palmares, com sede no município de Colombo.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6994/78, alterada pela Lei nº 8589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 14

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 393/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, com sede e foro no município de Almirante Tamandaré. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 393/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Almirante Tamandaré, com sede no município de Almirante Tamandaré.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

#### ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 394/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Amparo às Crianças Carentes, com sede e foro no município de Curitiba-PR. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 117/2001, de 03.09.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 394/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Edson Strapasson, tem por objetivo declarar de Utilidade

Pública a Associação de Amparo às Crianças Carentes, com sede no município de Curitiba/PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
CARLOS SIMÕES - Relator

## ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 422/2001, de autoria do deputado Marcos Isfer, que declara de Utilidade Pública a "Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião", com sede e foro no município de Palmas. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/2001, de 11.09.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 422/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Marcos Isfer, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Bairro São Sebastião, com sede no município de Palmas.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 25.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
SERAFINA CARRILHO - Relator

## ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 436/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que declara de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e a Infância - APMI, com sede no município de Honório Serpa e foro na comarca de Manguaerinha. PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado. (Publ. no DA nº 124/2001, de 12.09.2001).**

### COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 436/2001

#### P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, tem por objetivo declarar de Utilidade Pública a Associação de Proteção à Maternidade e à Infância, com sede no município de Honório Serpa e foro na Comarca de Manguaerinha.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, e ainda por estar de acordo com a Lei nº 6.994/78, alterada pela Lei nº 8.589/87, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim sendo, somos de parecer favorável.

Sala das Comissões, em 18.09.2001.

(a) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente  
GERALDO CARTÁRIO - Relator

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sobre a mesa, Requerimento nº 3301, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. Em Discussão.

#### O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Para discutir, senhor presidente.

#### O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

Requerimento nº 3313, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.**

#### O SR. ORLANDO PESSUTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, com referência a este projeto do deputado Valdir Rossoni, o Projeto nº 431/2001, pessoalmente nós queremos até aplaudir esse regime de urgência, porque ainda hoje nós tivemos uma reunião, e também o deputado Augustinho Zucchi teve uma reunião com o pessoal da Federação da Agricultura - Associação Paranaense dos Criadores de Bovinos da Raça Holandesa. Dentro daquilo que nós conversamos com V. Exa. ainda ontem, há necessidade que votemos realmente este projeto na semana que vem.

Inclusive, conversava com o deputado José Maria Ferreira, que é o relator desse projeto, e precisamos também conversar com o deputado Basílio Zanusso, que tem uma Emenda para incluir num dos artigos a palavra "embalagem", que é uma reivindicação do segmento.

É importante que aprovemos esse regime de urgência e que na terça-feira, a CCJ possa relatar, através do deputado José Maria, porque, de certa forma, ele atende às reivindicações do setor leiteiro, que atravessa uma das piores crises no presente momento.

Existe a questão tributária interestadual que com esse projeto do deputado Valdir Rossoni, praticamente 70% ou 80% daquilo que precisaria ser feito, estará contemplando. Depois, nós ficaremos para solucionar a partir desse final do mês de outubro, início do mês de novembro, a questão tributária do leite longa vida a nível interno, a nível de Estado do Paraná.

Nós, inclusive, tínhamos pedido para se apresentar um regime de urgência, mas como o deputado Rossoni já tinha um requerimento à Mesa, nós estamos encaminhando favoravelmente e pedindo realmente que seja



relatado na semana que vem, porque é uma fórmula que nós encontramos de atender às reivindicações do setor leiteiro, em especial dos produtores de leite do Estado do Paraná.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Deputado Neivo Beraldin, pela ordem.

**O SR. NEIVO BERALDIN**

Senhor presidente, V. Exa. me passou há algum tempo atrás as prestações de contas do Governo do Estado, 95 até 99.

Agora, o prazo já se passou do ano 2000, e este requerimento que está à Mesa, nada mais que solicitando ao Tribunal de Contas, que remeta à Assembléia Legislativa as contas do governo, no ano de 2000. Visto que nós estamos trabalhando nesse sentido para termos consciência da evolução da dívida do Estado.

Portanto, requeiro a V. Exa. se poderá fazer, evidentemente não precisa passar pelo Plenário, apenas telefonar para o presidente do Tribunal de Contas, que remetam as contas do ano 2000, do Governo.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Informo a V. Exa. que nós vamos tomar as providências junto ao Tribunal de Contas.

Requerimento nº 3328, de autoria do senhor deputado Augustinho Zucchi, constante do expediente. **Aprovado.**

**O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI (Para Encaminhar)**

Peço para encaminhar esse requerimento, tendo em vista que no dia 12 de outubro, para nós que somos da religião Católica, é Dia de Nossa Senhora Aparecida. Também é o Dia do Engenheiro Agrônomo, e como engenheiro agrônomo que sou e V. Exa. já foi secretário da Agricultura do nosso Estado, gostaria de reafirmar o que diz a justificativa do nosso requerimento, de que a Assembléia Legislativa pudesse registrar esse voto de congratulações à classe da engenharia agrônômica do Estado do Paraná pelos relevantes serviços prestados por estes profissionais no que tange ao desenvolvimento da agropecuária do nosso Estado, quer seja na iniciativa privada, através das cooperativas, das empresas de planejamento, dos profissionais autônomos, ou quer seja nas empresas públicas aí do sistema estadual de agricultura e outras entidades e órgãos que trabalham com a agricultura do nosso Paraná.

Gostaria apenas de registrar que o Dia do Engenheiro Agrônomo representa muito para o Estado do Paraná, já que há algum tempo atrás, deputado Vanhoni, nós perdíamos muito solo no Estado do Paraná. No mundo todo era um dos países que mais perdia solo, e um solo fértil, profundo. E nós sabemos que, tecnicamente, para formação de solo, para formar 1 cm precisa do trabalho de 300 anos da própria natureza, e nós estávamos

perdendo cerca de 5 cm por ano de solo, através da erosão, no Estado do Paraná.

Tivemos um programa de manejo integrado de solos e água desenvolvido pela Associação dos Agrônomos, e colocado em prática na Secretaria da Agricultura pelo então secretário Osmar Dias, que também é engenheiro agrônomo e hoje é senador.

E graças a Deus tivemos aí um trabalho espetacular, que foi uma das contribuições da engenharia agrônômica do Paraná para com o nosso Estado.

Portanto, senhor presidente, o dia 12 de outubro, que é o dia em que se comemora a data do engenheiro agrônomo, eu como parlamentar e como engenheiro agrônomo, quero deixar registrado, aqui, nosso agradecimento a esse setor profissional que muito tem feito pelo Estado do Paraná.

Muito obrigado.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrada a sua manifestação. Em votação o requerimento do deputado Augustinho Zucchi. **Aprovado.**

Requerimento nº 3333, de autoria dos senhores deputados Cezar Silvestri e Marcos Isfer, constante do expediente. Em Discussão.

**O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)**

Para discutir, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Adia-se a discussão para a próxima Sessão, na forma do artigo 155, do Regimento Interno.

**A SRA. LUCIANA RAFAGNIN (Pela Ordem)**

Gostaria de fazer um comunicado à Casa, sobre uma denúncia que recebi sobre a eleição de diretores, que aconteceu no dia de ontem, no Colégio Hildebrando de Araújo, aqui em Curitiba, onde houve denúncia de irregularidades. E as urnas, cinco urnas, acabaram sendo escoltadas pela polícia e o destino delas acabou sendo a casa da secretária da Educação, Alcyone Saliba.

Isto foi presenciado pelos professores, pelos alunos, por pais de alunos que ali estavam. E parece que a decisão sobre esta eleição vai acontecer na tarde de hoje.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Fica registrado nos Anais da Casa.

Requerimento nº 3275, de autoria da senhora deputada Luciana Rafagnin, constante do expediente de Sessão anterior. Retirado pela autora.

**O SR. DURVAL AMARAL**

Pela ordem, senhor presidente.

**O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)**

Para encaminhar, com a palavra a deputada Luciana Rafagnin.

A SRA. LUCIANA RAFAGNIN

No entendimento que tivemos com o líder do Governo, este se comprometeu a trazer estas informações na próxima semana.

Peço a retirada do requerimento.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

**Retirado o requerimento pela autora. Deferimos a solicitação.**

Requerimento nº 3274, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, com apoio dos deputados Irineu Colombo, Serafina Carrilho, José Maria Ferreira, Ademir Bier, Algaci Tilio e demais deputados, constante do expediente de Sessão anterior. **Aprovado.**

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, solicito a leitura do teor desse requerimento.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Valdir Rossoni**)  
(**Lê súmula do requerimento**).

O SR. DURVAL AMARAL

Senhor presidente, dispense a leitura do requerimento.

Já me dou por satisfeito.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)  
Em votação. **Aprovado.**

O SR. ALGACI TULIO (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, fomos surpreendidos hoje por uma matéria no jornal Diário Popular que coloca até a própria Casa numa situação um tanto quanto delicada. A manchete do jornal traz: “Escândalo do Pedágio Envolve Políticos”.

É uma matéria não muito extensa, que fala em doações para campanhas eleitorais vindas do caixa 2 para candidatos a deputados, senador, governador, “caixinha” para alguns secretários de Estado. E entre aspas, aqui, fala: “Deixem a mídia por minha conta”, teria dito um atual secretário de Estado.

Isto, na verdade, nos deixa a todos aqui numa situação crítica. Na reunião que tivemos hoje à tarde, da Comissão de Obras da Assembléia, presidida pelo deputado Strapasson, nós tiramos uma posição; a de se convocar para que venham prestar esclarecimentos a esta Comissão de Obras, as concessionárias do pedágio.

Já que a CPI do pedágio não avança, não tem espaço ainda, nós não podemos ficar à mercê de uma manchete que coloca a Casa e a todos nós, da classe política, como suspeitos de algum entendimento, de algum favorecimento de alguma concessionária. É preciso que os fatos venham a ser esclarecidos. O jornal não dá a fonte. É um direito do jornal de preservar esta fonte, mas é um assunto, realmente grave.

Neste sentido, então, nós agora à tarde, na Comissão de Obras, daqui a pouco o deputado Edson Strapasson pode dar mais detalhes, estamos já programando, efetivamente, um cronograma de presidentes, proprietários dessas concessionárias, para que venham até a Casa dar esclarecimentos em relação a isso que o jornal hoje mostra, senhor presidente, senhores deputados.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, a respeito do que o deputado Algaci Tulio falou eu queria acrescentar mais alguma coisa: as CPI's não estão funcionando aqui na Casa. Ontem eu falei; V. Exa. não estava presidindo a Sessão.

Eu vou esperar, senhor presidente, eu vou acompanhar o funcionamento das CPI's. Se nos próximos 15 dias elas não estiverem funcionando, eu vou propor a extinção delas, para que nós possamos instalar a CPI do Pedágio.

Então, pelo que eu sei, o deputado Caíto Quintana, que preside uma Comissão, fez uma reunião. Eu faço parte de três Comissões, até agora não fui convidado nem para elaborar uma pauta de atividades.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Esta presidência faz uma solicitação aos senhores presidentes que dêem andamento às CPI's instaladas.

O SR. PLAUTO MIRÓ (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para informar, está convocada a Comissão Parlamentar de Inquérito da ALL para se reunir na segunda-feira. A partir de agora está preparada para começar os seus trabalhos.

A partir de segunda-feira, nós estamos fazendo as reuniões da CPI da ALL.

O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, só para deixar registrado nos Anais desta Casa, um voto de aplauso ao Ministério Público do Estado do Paraná, já que V. Exa tem uma filha que é promotora, eu tenho um sobrinho que é promotor, um voto de aplausos, porque às sete horas da manhã de hoje a Promotoria de Investigações Criminais, comandada pelo ilustre promotor, Dr. Dartagnan Abilhoa e toda a sua equipe de trabalho, junto com o Ministério Público de Santa Catarina, desvendaram a maior quadrilha da história que roubava caminhonetes em Curitiba, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

A minha equipe, desde às três horas da manhã, neste exato momento está em Joinville, passou-me um relato completo de todo o escândalo que começa por Cascavel, onde o chefe da quadrilha tem uma grande loja de autopeças. A base para as caminhonetes é Paranaguá. Em Cascavel foram presos dois elementos, o chefe, conhecido por Paulinho, desapareceu. Em Paranaguá foram presas duas pessoas; em Joinville, pasmem, senhores deputados, foi preso o chefe da Ciretran de Joinville, deputado Nereu, onde todas as caminhonetes roubadas em Curitiba, todos os carros roubados em Curitiba iam

para lá e lá o chefe da Ciretran falsificava os documentos e clonavam as caminhonetes. Pintavam-nas e elas seguiam o destino Porto Alegre e depois Uruguai, Paraguai, Bolívia.

Um grande trabalho do Ministério Público do Estado do Paraná e de Santa Catarina, do Gerco, Grupo Especial de Combate ao Crime Organizado comandado pelo tenente Elias.

Então, eu quero deixar registrado nesta Casa esta grande operação do Ministério Público do Estado do Paraná, comandado pelo Dr. Dartagnan Abilhoa e toda a sua equipe.

Um voto de aplausos para o grupo Gerco, sob o comando do tenente Elias, um voto de aplausos ao Ministério Público de Santa Catarina que desvendaram, que começaram a operação hoje às sete horas da manhã, para desvendar o novo QG do crime que está instalado em Joinville. E desmantela-se, desta maneira, o roubo de caminhonetes e carros importados no Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E o mais importante é que as investigações foram elucidadas pela Promotoria de Investigações Criminais do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

#### O SR. ALGACI TULIO

Senhor presidente, pela ordem.

##### **(Assentimento)**

Ainda dentro do assunto levantado pelo deputado Luiz Carlos Alborghetti, também queremos nos somar a esse trabalho maravilhoso do Ministério Público.

Mas é bom lembrar, senhor presidente, às vezes os fatos ocorrem, as CPI'S acontecem e os resultados nem sempre acabam vindo à tona.

Então, queria dizer que esse trabalho feito pelo Ministério Público, falado agora pelo deputado Alborghetti, foi fruto também, da CPI do Narcotráfico, do Crime Organizado, da qual fui o seu presidente; que ouviu, aqui, no Plenarinho da Assembléia (o deputado Alborghetti participou também daquela sessão) quando ouvimos proprietários que foram vítimas de roubos, que criaram até uma associação de vítimas de roubo de caminhonetes.

Nós ouvimos aqui a polícia, repassamos um relatório final da CPI ao Ministério Público e à Polícia Civil.

Portanto, quer queiram ou não, entendam alguns ou não, a CPI também teve o seu papel importante nesse momento; quando naquela ocasião, 7, 8, 9 meses atrás, já trazia à tona essa questão do grande roubo de veículos aqui na capital do Estado.

Agora pouco, conversava com o deputado Vanhoni e nós lembrávamos que na CPI do Narcotráfico também se verificava, deputado Alborghetti, V. Exa. participou também, a grande incidência de participação de traficantes da cidade de Joinville em conexão com traficantes do Paraná.

Então, o grande intercâmbio que existe, não só no roubo de caminhonetes, mas também no tráfico de dro-

gas, a CPI do Narcotráfico do Crime Organizado também detectou e passou no seu relatório final.

Por isso, quero também me somar aos parabéns e aos cumprimentos ao Ministério Público do Paraná, Santa Catarina, ao Grupo Gerco, enfim, a todos aqueles que direta ou indiretamente, fizeram essa grande operação e que dão uma resposta à sociedade paranaense.

#### O SR. LUIZ CARLOS ALBORGHETTI **(Pela Ordem)**

Só para dizer, senhor presidente, que nessa CPI todo esse roubo das caminhonetes, inclusive, foi fundada uma associação na Capital, e só neste ano foram roubadas quatrocentas caminhonetes no Estado; 10, só aqui.

Agora, veja bem, ontem à noite, senhor presidente, tivemos nove assaltos a senhoras nos cruzamentos das ruas da Capital; nove famílias passaram momentos de pânico; podem perguntar ao deputado Algaci. E quatro caminhonetes importadas, roubadas ontem, foram para Santa Catarina. O QG está montado em Foz do Iguaçu, em Cascavel e também na cidade de Joinville, Santa Catarina.

Novamente, meus parabéns ao Ministério Público do Paraná.

#### O SR. AUGUSTINHO ZUCCHI **(Pela Ordem)**

Senhor presidente!

Apenas gostaria de solicitar a V. Exa., com relação ao relatório final da CPI dos Supermercados, que foi encerrada nesta Casa, estamos recebendo denúncias diárias de problemas ocorridos nas grandes redes de supermercados e agora, com a questão do leite, muito mais! E nós precisaríamos discutir esse relatório final aqui na Assembléia. Até porque estão nos cobrando qual foi o final dele, para que possamos, posteriormente então, ver se tem alguma atitude, através da Assembléia, com base nesse relatório, com relação à questão que está ocorrendo nas grandes redes de supermercados.

Inclusive, está marcado uma reunião para o dia 16 próximo, de muitas pessoas que estão envolvidas nessa questão e que nos cobram qual foi o relatório; qual foi a providência tomada pela Assembléia, com relação a essa CPI dos Supermercados.

Não sei, acho que V. Exa, não estava presidindo a Mesa no dia que foi discutida essa questão, mas, acho que deveríamos dar um finalmente nesse relatório, e a partir daí, é ter realmente uma resposta a ser dada para essas pessoas que estão questionando hoje os fatos que acontecem nas grandes redes de supermercados.

Lamentavelmente, parece que não adiantou muito a CPI. Continuou a questão do "dumping", continuou a questão de muitas coisas que se fazem nas grandes redes de supermercados, e agora estamos sofrendo na carne, senhor presidente, com relação ao setor do leite, aonde os supermercados, muitos deles estão cometendo abusos e prejudicando todos os produtores do Paraná.

Gostaria de encaminhar a V. Exa., no sentido de que esse relatório fosse apreciado na Casa.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Vou solicitar que seja encaminhado a todos os parlamentares, o relatório final da Comissão.

O SR. EDSON STRAPASSON (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, senhores deputados, gostaria de comunicar, que hoje à tarde, fizemos uma reunião da Comissão de Obras, de Transporte, aonde, além de analisarmos vários projetos, abordamos e questionamos também essa denúncia feita pelo Diário Popular, que nos traz hoje aqui o deputado Algaci Tulio, em relação ao escândalo do pedágio que envolve políticos. E é evidente, que a Comissão de Obras, que já estava programando o convite ao Secretário de Estado Nelson Justus, também fará na semana que vem, quarta-feira às 10 horas da manhã, uma audiência com ele, com o Departamento de Concessões do DER, e com os representantes das concessionárias de pedágio, até para que possa se esclarecer definitivamente a fiscalização, a aplicação de recursos do pedágio, já que apesar de ser privatizado, os recursos são públicos e são administrados pelas empresas concessionárias e que terão que, necessariamente, passar pelo crivo da administração da Secretaria e desta Casa. E terão que ser muito transparentes quando da sua aplicação.

É evidente que esta denúncia coloca em xeque todas as pessoas, e nós gostaríamos de haver esclarecimento para que a Secretaria dos Transportes pudesse, definitivamente, esclarecer quem fiscaliza, como se aplica o dinheiro, para que a população que paga um pedágio caro, possa ter a resposta.

E nós tenhamos aqui nesta Casa, definitivamente, o esclarecimento para essa “caixa preta”, que é o gerenciamento dos recursos do pedágio, que corre boato de toda ordem, com uma grave denúncia do Diário Popular, um jornal conceituado desta capital, e que fala abertamente, do pagamento de 120 a 150 mil reais por mês, em uma caixinha eleitoral.

Evidentemente, isso deverá ser esclarecido sob pena de ficarmos mais uma vez sem as explicações necessárias dessa “caixa preta” que é o pedágio.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Requerimento nº 3262, de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente de sessão anterior. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3288, de autoria do senhor deputado Valdir Rossoni, constante do expediente de sessão anterior. **Retirado pelo autor.**

Requerimento nº 3302, de autoria do senhor deputado Neivo Beraldin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3303, de autoria do senhor deputado Fernando Ribas Carli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3304, de autoria do senhor deputado Nelson Tureck, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3305, de autoria do senhor deputado Custódio da Silva, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3306, de autoria do senhor deputado Orlando Pessuti, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3307, de autoria do senhor deputado Divanir Braz Palma, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3308 a 3310, de autoria do senhor deputado José Maria Ferreira, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3311, de autoria do senhor deputado Eli Ghellere, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3312, de autoria do senhor deputado Edson Strapasson, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3314 e 3316 a 3321, de autoria do senhor deputado Ricardo Maia, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3322, de autoria do senhor deputado Irineu Colombo, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3323, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constante do expediente. **Aprovado.** (**A matéria acha-se publicada no final desta Ata.**)

Requerimentos nºs 3324 a 3327, de autoria do senhor deputado Algaci Tulio, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3329, de autoria do senhor deputado Renato Gaúcho, com apoio dos deputados Custódio da Silva e Luciana Rafagnin, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 3330 e 3332, de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 3334, de autoria do senhor deputado Ângelo Vanhoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 11, às dez horas com a seguinte

#### ORDEM DO DIA

REDAÇÃO FINAL - dos Projetos de Lei nºs 737/97, 213, 283, 285 e 384/2001.

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei ns 335, 387, 393, 394, 422, 436/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 141/99, 274, 413/2000, 157, 186, 232, 294, 336 e 430/2001.

Levanta-se a Sessão.

## Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SR. DEPUTADO ALGACI TULIO EM SESSÃO DO DIA 10 DE OUTUBRO DE 2001.

### “Carta Aberta à Comunidade”

Prof. da Universidade  
Federal do Paraná.

#### Do Comando Local da Greve dos Professores da Universidade Federal do Paraná

Muitas pessoas foram surpreendidas com a recente decisão do governo da Argentina de reduzir os salários dos seus servidores para garantir o equilíbrio das finanças públicas. Entretanto, esta tem sido a política efetiva do governo brasileiro. A partir de janeiro de 1995, além da supressão por parte do Governo Federal de mais de 50 direitos, vantagens e garantias, ocorreu uma forte deterioração dos salários dos servidores públicos federais, cujo poder de compra representa atualmente apenas 57% do que valia no início daquele ano. Isto significa que é necessário um reajuste de 75,48% para repor as perdas salariais acumuladas nesse período.

O Presidente da República anunciou a previsão, para 2002, de um reajuste geral de 3,5, correspondente à inflação estimada para o próximo ano. Afirmou que tal medida, incluindo também alguns reajustes específicos, implicaria em aumento de despesas na ordem de 43,1 bilhões, o que exigiria um remanejamento orçamentário. Afirmou, ainda, que se o Congresso Nacional decidir conceder reajustes maiores do que os previstos, deverá indicar a fonte de recursos, já que o Tesouro não tem como arcar com estas despesas, pois estaria operando no limite de sua disponibilidade orçamentária.

#### 1. Orçamento, dívida pública e reajuste salarial

Se observarmos alguns dados oficiais que se encontram disponíveis na Secretaria de Orçamento e Finanças e na Secretaria do Tesouro Nacional, podemos notar que:

a. nos últimos cinco anos, os recursos orçamentários destinados ao refinanciamento da dívida pública mobiliária federal passaram de R\$134,6 bilhões para R\$529,1 bilhões, o que significa um incremento de R\$394,5 bilhões (ou 293%). Como se pode notar, esta diferença é igual a 127,2 vezes o impacto do reajuste de 3,5% sobre o orçamento. Somente no último ano, o aumento deste item foi de R\$335 bilhões. Enquanto o Presidente da República afirma que não há disponibilidade financeira para um reajuste superior a 3,5% e que o

impacto deste reajuste sobre as contas públicas é muito alto, os dados mostram que tal impacto é irrisório diante dos recursos destinados ao refinanciamento da dívida;

b. A Dívida Líquida Total do governo, apenas nos últimos três anos, aumentou em mais de 80% em termos absolutos (saltando de R\$300 bilhões para R\$585 bilhões, ou seja, mais de R\$90 bilhões por ano em média), passando de 38% para 54% do PIB. Para evitar uma crise financeira e cambial o modelo atual adotado pelo Governo Federal necessita de US\$55 bilhões anuais de ingresso de capital externo, sendo US\$25 bilhões para cobrir o déficit de transações correntes e US\$30 bilhões para financiar as amortizações. Assim, as dívidas públicas interna e externa não têm sido contraídas para resolver questões sociais ou de infra-estrutura. Mais do que isto, para pagar esta conta, a opção tem sido o arrocho salarial e o corte de despesas na área social;

c. nos últimos cinco anos, o reajuste do orçamento geral do Poder Executivo foi de 60%, enquanto o crescimento da Receita Corrente Líquida foi da ordem de 136,25% e o do Orçamento Total foi de 142,52%. O orçamento destinado ao Ministério da Educação aumentou em 67,7% enquanto o destinado às Instituições Federais de Ensino Superior - IFES aumentou apenas 17%. Isto significa que o orçamento do Ministério da Educação passou de 2,45% para 1,7% do Orçamento Total e o destinado às IFES passou de 1,4% para 0,68% do mesmo. Esta queda, em termos reais e relativos, sinaliza claramente o desmonte da educação superior pública;

d. O Governo Federal procura cumprir à risca as determinações do Fundo Monetário Internacional, no que se refere obtenção de superávit nas Contas Primárias (diferença entre despesas e receitas de pessoal, de custeio e de capital), controlando os reajustes orçamentários. Por outro lado, continua produzindo um importantíssimo déficit nominal (diferença entre receitas e despesas, aí incluídos os pagamentos das dívidas interna e externa);

e. a Lei de Responsabilidade Fiscal define limites de despesas com pessoal em 60% (até junho de 1999) e em 50% (após junho de 1999) da Receita Corrente Líquida - RCL. Tal limite tem servido ao Governo Federal como alegação para a não concessão de reajustes. Entretanto, dados da Secretaria do Tesouro Nacional mostram que desde 1995 o Governo Federal gasta com pessoal menos do que a lei estabelece. O governo poderia ter reajustado os salários dos servidores em até 116,12% desde 1995 até hoje sem descumprir o que estabelece a Lei. Como o reajuste de 75,48% é menor do que os limites da Lei, se tiverem ocorridos reajustes nestes seis anos a defasagem salarial não teria atingido o nível a que chegou;

f. ao mesmo tempo em que os servidores públicos não tiveram reajustes de seus salários, de janeiro de 1995 até dezembro de 2000, vários itens que compõem as despesas pessoais aumentaram de forma extraordinária: serviços de saúde (171%); alimentação (33%); educação e

leitura (164%); habitação (144%); serviços públicos (166%); telefone (478%); energia elétrica (77%); gasolina (198%); gás (286%). Estes números indicam claramente uma substantiva redução nos salários, em termos de poder aquisitivo;

g. as despesas de custeio das IFES, que em 1997 foram de R\$648,8 milhões, em 2000 chegaram a R\$703,4 milhões e em 2001 estão estimadas em R\$750,0 milhões. O reajuste é de apenas 15,7% nos últimos cinco anos. No entanto, apenas os preços de material de consumo e de serviços de terceiros (aí incluídas as tarifas públicas); aumentaram em média oito vezes mais do que este índice.

## **2. Regime Jurídico Único**

O Governo Federal também investiu contra o Regime Jurídico Único - RJU, que regulamenta as relações de trabalho no âmbito do serviço público. A estratégia política adotada, no caso das IFES, foi a de impedir a total reposição dos cargos vagos, especialmente decorrentes de aposentadorias, até chegar ao ponto de não mais permitir qualquer contratação pelo RJU. Atualmente, só no caso dos docentes, são 8.000 vagas que não estão preenchidas nas IFES. Criado o problema, o governo acena com a regulamentação de um Regime de Emprego Público, regido pela CLT, que poderá desestruturar a carreira docente e favorecer a quebra da isonomia, criando um esquema de competição extremamente danoso para o ensino superior público no Brasil.

## **3. Gratificações**

Ao mesmo tempo, seguindo a política de achatamento da remuneração dos servidores públicos contemplada nos termos dos acordos com o Fundo Monetário Internacional, para viabilizar os empréstimos de financiamento da dívida e garantir a política cambial, a exemplo do que ocorre na Argentina, o Governo Federal ensaia um corte nas gratificações que compõem a remuneração dos servidores (GAE, GEDAE, GED, GID). Além de ter instituído gratificações que quebraram a isonomia salarial e que acabaram com a paridade entre pessoal ativo e inativo, o governo pretende, agora, ao invés de restabelecer a justiça, agravar as injustiças.

## **4. As Instituições Federais de Ensino Superior - IFES**

Entendendo não ser possível manter os padrões de qualidade acadêmica que a sociedade espera das IFES e que estas têm condições de oferecer, o conjunto dos professores, do pessoal técnico-administrativo e dos estudantes, decidiu tomar uma atitude: paralisar as atividades. As IFES, hoje, são responsáveis por mais de 70% de toda a pesquisa no Brasil, são as que obtêm as melhores avaliações na pós-graduação, são as que conseguem apresentar os melhores desempenhos na avaliação do MEC sobre os cursos de graduação, são as que possuem os melhores índices de titulação docente. Estes resultados são devidos à qualidade de sua comunidade interina.

Graças ao trabalho de formação, de atendimento à comunidade (em serviços de saúde, escritórios jurídicos,

laboratórios etc.), de extensão e de pesquisa, as IFES têm proporcionado melhores condições de vida a uma parcela significativa da sociedade. As IFES estão presentes na vida cotidiana da população: no planejamento da cidade; no tratamento e distribuição de água; na produção e distribuição de energia; na produção e análise de alimentos e de fármacos; no desenvolvimento da agricultura e da veterinária; na manutenção, preservação e desenvolvimento das florestas; na preservação do meio ambiente; nos estudos sociais gerais e aplicados; na defesa do Estado de Direito; na formação humanística; nas construções cívicas; nos diversos atendimentos à saúde (física e emocional); na formação de professores e onde mais se possa pensar. Quem consegue imaginar uma sociedade sem uma Universidade Pública, Gratuita e de Qualidade?

Quando a sociedade paga seus impostos, espera que os mesmos sejam empregados de maneira a que retornem em seu benefício. Investir em educação é uma destas mais nobres formas. Entretanto, os dados produzidos pelo próprio governo mostram que a grande parcela do esforço da sociedade está sendo destinada a pagar a dívida pública, decorrente de uma política econômica absolutamente insensível com relação às necessidades desta sociedade.

## **5. Greve**

Nós, que vivemos o dia-a-dia da Universidade, estamos presenciando um firme desmonte da mesma e, com isto, estamos vislumbrando um cenário, cada vez mais claro, no qual o esforço da sociedade (que é responsável pelo pagamento da carga tributária Bruta na ordem de 33% do PIB) não corresponde aos benefícios que merece. Todos os Países desenvolvidos do mundo têm, nas Universidades Públicas, um componente imprescindível que garante seus indicadores de desenvolvimento humano, conforme apontam os dados do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento - PNUD. Esta ameaça concreta que paira sobre as IFES nos levou a tomar uma decisão mais firme.

A greve não é uma opção que nos conforte ou à qual aderimos por deleite ou por radicalismos ideológicos. Melhor seria se pudesse imperar o diálogo entre as IFES e o Governo Federal, através do MEC; se o governo fosse receptivo às reivindicações que não atendem aos anseios corporativos, mas aos compromissos institucionais; se pudéssemos dedicar todo nosso tempo e nossa energia às nossas atividades. Se fazemos greve é porque, lamentavelmente, todos os demais recursos se esgotaram.

Esta greve implica em suspensão de todas as atividades, respeitadas as que causem danos irreparáveis à Instituição ou a quem dela necessite; implica em respeito à diversidade de opiniões e posições políticas, as quais devem ser recebidas e discutidas democraticamente nas assembleias; implica na adesão de todos e na mobilização para produzir os efeitos pretendidos. A omissão é o pior caminho para a democracia e a justiça social.

Somos, hoje, 56 Instituições Federais de Ensino Superior que desejam o diálogo e a negociação com o

Governo Federal. Que estão insatisfeitas com a situação do ensino superior público no Brasil. Que estão lutando por princípios. Que continuam acreditando que possa haver, por parte das autoridades, inteligência política,

sensibilidade social e compromisso com a condição humana, para que possam voltar a fazer o que sabem e o que gostam: trabalhar em prol do desenvolvimento e da transformação da sociedade.

GOVERNO FEDERAL: Despesas por Poder/Órgão (em R\$ bilhão)

PODER/ANO	1997	1998	1999	2000	2001	2001/1997 (%)
1. Legislativo	2,134	2,197	2,406	2,454	2,956	38,52
2. Judiciário	6,028	7,169	7,470	9,315	9,171	52,14
3. Executivo	130,382	140,073	153,618	177,605	209,640	60,79
- Ministério Educação	9,643	10,272	11,525	13,386	16,164	67,76
- IFES	5,560	5,710	6,610	6,000	6,500	16,91
4. Outros Encargos	252,523	346,352	425,041	427,008	726,647	187,75
- Refinanciamento da Dívida Pública	134,572	192,940	263,406	294,166	529,104	293,17
TOTAL	391,067	495,791	588,085	616,382	948,414	142,52

Fonte: SOF

GOVERNO FEDERAL: Salários (despesas e limites) (em R\$ bilhão)

ANO	RCL* (A)	Despesas efetuadas (B)	Limite da Lei ** (C)	Diferença (D)	% (E=C/B)	Despesas Ajustadas (F)	Reajuste Permitido (em %) (G)	Despesa no Limite da Lei (H)
95	67,30	37,83	40,36	2,53	6,68	37,83	6,68	40,36
96	89,35	40,57	53,61	13,04	32,14	40,36	32,83	53,61
97	97,04	44,53	58,22	13,69	30,74	53,61	8,60	58,22
98	104,50	47,95	62,70	14,75	30,76	58,22	10,77	62,70
99	129,90	51,57	64,95	13,38	25,94	62,70	3,60	64,95
00	145,11	55,43	72,55	17,12	30,88	64,95	11,70	72,55
01	159,00	59,60	79,50	19,9	33,39	72,55	9,56	79,50
TOTAL				94,41			116,12	

Fonte: ST

\* Receita Corrente Líquida

\*\* De 1995 até jun/99=60%; após jun/99=50%